

# CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS TRANSFRONTEIRIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

**Data:** 27 de setembro de 2006, das 10h30 às 18h30.

**Local:** Sala C, do Anexo II, do Palácio do Itamaraty, Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF.

## REPRESENTANTES:

- Ministério do Meio Ambiente/SRH: Celina X. de Mendonça ([celina.mendonca@mma.gov.br](mailto:celina.mendonca@mma.gov.br));
- Ministério do Meio Ambiente/ANA: Jorge Thierry Calasans ([thierry@ana.gov.br](mailto:thierry@ana.gov.br));
- Ministério dos Transportes: Wilson do Egito Coelho Filho ([wilson.egito@dnit.gov.br](mailto:wilson.egito@dnit.gov.br));
- Ministério das Cidades: Rodrigo Fraga Massad ([rodrigo.massad@cidades.gov.br](mailto:rodrigo.massad@cidades.gov.br));
- Ministério das Relações Exteriores: Bernardo Paranhos Velloso ([bernardo@mre.gov.br](mailto:bernardo@mre.gov.br));
- Ministério das Minas e Energia: Christian Haddad Govastki ([christian.govastki@mme.gov.br](mailto:christian.govastki@mme.gov.br));
- Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa ([byron.costa@mj.gov.br](mailto:byron.costa@mj.gov.br));
- Ministério do Turismo: Helenize Fernandes ([helenize.fernandes@turismo.gov.br](mailto:helenize.fernandes@turismo.gov.br));
- Ministério da Defesa: Antônio Joaquim Gonçalves Moreira ([email@brturbo.com](mailto:email@brturbo.com));
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Helvécio Mafra ([helvecio.mafra@seap.gov.br](mailto:helvecio.mafra@seap.gov.br));
- Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: José Vicente Miranda Regina ([jvicente@tractebelenergia.com.br](mailto:jvicente@tractebelenergia.com.br));
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Cláudio Ramos Floriani Jr. ([cfloriani@casan.com.br](mailto:cfloriani@casan.com.br));
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Mauri Cesar Barbosa Pereira ([mauri.pereira@terra.gov.br](mailto:mauri.pereira@terra.gov.br));
- Organizações Não-Governamentais: Antônio P. Soler ([solsoler@ig.com.br](mailto:solsoler@ig.com.br));
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Joel A. Goldenfum ([joel@iph.ufrgs.br](mailto:joel@iph.ufrgs.br));

## CONVIDADOS:

- Ministério do Meio Ambiente/SRH: Márcio R. Magalhães Bessa ([marcio.bessa@mma.gov.br](mailto:marcio.bessa@mma.gov.br));
- Ministério das Relações Exteriores: Roger Joseph Abboud ([abboud@mre.gov.br](mailto:abboud@mre.gov.br));
- Ministério das Relações Exteriores: Pedro A. F. C. de Andrade ([pafca@mre.gov.br](mailto:pafca@mre.gov.br));
- Ministério da Integração Nacional: Rogério O. Castro Vieira ([rogerio.vieira@integracao.gov.br](mailto:rogerio.vieira@integracao.gov.br));
- Ministério do Desenvolvimento Agrário: Ana Maria Alves ([ana.maria@mda.gov.br](mailto:ana.maria@mda.gov.br));
- Ministério do Turismo: Oneida Freire ([segmentos@turismo.gov.br](mailto:segmentos@turismo.gov.br));
- Agência Nacional de Águas: Antônio Cardoso Neto ([cardoso@ana.gov.br](mailto:cardoso@ana.gov.br));
- Agência Nacional de Águas: Humberto Cardoso Gonçalves ([humberto.goncalves@ana.gov.br](mailto:humberto.goncalves@ana.gov.br));
- Agência Lagoa Mirim: Manoel de Souza Maia ([maiams@ufpel.edu.br](mailto:maiams@ufpel.edu.br));
- IPH-UFRGS: Dante Gama Larentis ([dantelarentis@yahoo.com.br](mailto:dantelarentis@yahoo.com.br));
- Administração da Hidrovia do Paraguai: Antônio R. Vasconcelos Filho ([antonio@ahipar.gov.br](mailto:antonio@ahipar.gov.br));
- Universidade Federal Acre - Parque Zoológico: Vera Lúcia Reis ([vlreis.to@uol.com.br](mailto:vlreis.to@uol.com.br));
- Furnas Centrais Elétricas S/A: Gilney de Oliveira Vilarim ([vilarim@furnas.com.br](mailto:vilarim@furnas.com.br));
- Fonasc-CBH: João Clímaco Filho ([climaco@uai.com.br](mailto:climaco@uai.com.br));

## RELATORIA:

- Ministério do Meio Ambiente/SRH: Marco Antônio Amorim ([marco.amorim@mma.gov.br](mailto:marco.amorim@mma.gov.br)).

Às 10h30 do dia 27 de setembro de 2006, o Sr. Bernardo Velloso, Presidente da Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT, deu início à 35ª Reunião da referida Câmara do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. **Item 1 - Abertura:** O Sr. Bernardo Velloso saudou os presentes e manifestou o prazer do Ministério das Relações Exteriores em presidir a reunião e em receber a Câmara Técnica nas suas dependências, fatos que demonstram o valor que o Itamaraty atribui aos trabalhos desenvolvidos na CTGRHT. Solicitou aos presentes que se apresentassem e, após a apresentação, opinou que o número de participantes na reunião e as suas diferentes origens refletiam o interesse que despertam os assuntos discutidos na CTGRHT e a expansão dos horizontes de atuação da Câmara Técnica no território nacional. Posteriormente,

55 considerando a prévia solicitação do Sr. Manoel Maia, propôs uma inversão de pauta com intuito de  
56 discutir o Item 7 logo após o Item 3, e também o deslocamento do Item 4 para análise posterior ao  
57 Item 6. Com a aceitação da inversão de pauta, a reunião prosseguiu ao **Item 2 - Aprovação da Ata:**  
58 *34ª Reunião da CTGRHT*: a ata foi aprovada com uma única alteração: inserção da expressão “a  
59 questão dos” na linha 170. Seguiu-se ao **Item 3 - Informes Gerais**: A pedido, a Sra. Celina  
60 Mendonça comunicou que a Assessoria Internacional do Ministério do Meio Ambiente, na pessoa  
61 da Sra. Cláudia Grossi, não estava presente à reunião em função de compromissos relativos à  
62 preparação de eventos do Mercosul. O Sr. Bernardo Velloso informou que, no dia 11 de setembro  
63 de 2006, durante visita do Chanceler Paraguaio à Brasília-DF, o Brasil e o Paraguai assinaram o  
64 Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia  
65 Hidrográfica do Rio Apa. Lembrou que o Acordo do Rio Apa partiu de uma demanda local e  
66 destacou a participação da CTGRHT no processo, uma vez que esta redigiu a minuta do Acordo que  
67 foi encaminhada ao Itamaraty para negociações com o Paraguai. Acrescentou que o Acordo vai ao  
68 encontro do avançado sistema de gestão de recursos hídricos no Brasil, com a participação social. A  
69 Sra. Celina Mendonça demonstrou seu contentamento com a assinatura do Acordo, cujo nascimento  
70 ocorreu no âmbito das discussões do CNRH, especificamente da CTGRHT, sendo um fruto do  
71 esforço do Sr. Mauri Pereira, do Sr. Wilson Azevedo Filho e do Consórcio Intermunicipal para o  
72 Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa - CIDEMA. Para ela, o Acordo do  
73 Rio Apa envolve representação local, reflete a realidade da bacia e cria mecanismos para que a  
74 comunidade local aja em conformidade com o acordo. O Sr. Mauri Pereira lembrou o processo  
75 iniciado no CIDEMA, em 1998, e mencionou que o Acordo do Rio Apa, cujo texto assinado  
76 mantinha os aspectos técnicos encaminhados pela CTGRHT, representava uma etapa importante no  
77 processo de gestão em uma região de difícil consolidação de políticas de água, pois ainda prevalece  
78 a visão de abundância deste recurso. Lamentou não ter havido um ato político da sua assinatura e  
79 recomendou que o CNRH, os governos estaduais locais, as instituições com atuação na região e os  
80 ministérios afins fossem informados desta conquista. O Sr. Bernardo Velloso justificou que a  
81 decisão da assinatura do Acordo foi tomada no decorrer da visita do Chanceler Paraguaio, mas  
82 indicou que, durante o processo de sua tramitação interna, haverão oportunidades de se realizar um  
83 ato político em comemoração a esta conquista. O Sr. Byron Costa cumprimentou a todos pelo feito,  
84 em especial o Sr. Mauri Pereira. O Sr. Cláudio Floriani também destinou cumprimento especial ao  
85 Sr. Mauri Pereira, reconhecendo seu empenho e dedicação, e ressaltou a forma como o processo foi  
86 conduzido no âmbito da CTGRHT, com reuniões na região e ouvindo a sociedade local, seguindo-  
87 se, assim, os fundamentos da Lei 9.433/97. Manifestou que a CTGRHT deveria pensar em formas  
88 de dar publicidade ao Acordo do Rio Apa e sugeriu que os representantes da CTGRHT o  
89 divulgassem nas instituições que representam. O Sr. Jorge Thierry indagou sobre a previsão de  
90 ratificação do Acordo. O Sr. Bernardo Velloso esclareceu que o Acordo do Rio Apa ainda não está  
91 em vigor, e sim assinado pelo Poder Executivo, e também que sua vigência depende de aprovação  
92 do Poder Legislativo de ambos os países e da comunicação entre as partes de que ele está em vigor,  
93 para só então serem estabelecidas as novas estruturas nele previstas. Como encaminhamento,  
94 sugeriu que o Ministério das Relações Exteriores, conjuntamente com o Ministério do Meio  
95 Ambiente, elaborassem uma nota sobre a assinatura do Acordo do Rio Apa a fim de divulgá-lo. O  
96 Sr. Byron Costa leu o seguinte comunicado do Sr. Carlos Hugo Sampaio: “Byron, peço comunicar  
97 aos demais membros que não poderei comparecer à próxima (esta) reunião da CTGRHT porque  
98 estarei em viagem à Suécia, desta vez como colaborador da Ramboll Natura em curso de  
99 gerenciamento integrado de recursos hídricos para a bacia do rio Zambezi (...) Darei notícias a  
100 respeito no meu retorno”. A Sra. Celina Mendonça informou que estão abertas as inscrições para a  
101 segunda edição do curso sobre gestão de recursos hídricos transfronteiriços patrocinado pelo SIDA  
102 e a Ramboll Natura, o qual ela recomenda. O Sr. Joel Goldenfum informou que efetuou a  
103 constatação de que, dos 129 grupos de pesquisas sobre a temática de recursos hídricos vinculados  
104 ao CNPq, nenhum abordava os recursos hídricos transfronteiriços, e que em função disto, no âmbito  
105 do Instituto de Pesquisas Hidráulicas - IPH/UFRGS, está sendo formado um grupo de pesquisa que  
106 posteriormente será aberto à participação de outros interessados. A ideia básica do grupo está  
107 relatada no Projeto de Estágio Pós-Doutoral do Sr. Carlos Mendes (Anexo I), o qual ainda está sob  
108 julgamento da CAPES/CNPq. Por fim, a pedido do Sr. Carlos Mendes, o Sr. Joel Goldenfum

109 indagou se a CTGRHT poderia elaborar uma declaração de apoio ao projeto. O Sr. Bernardo  
110 Velloso manifestou que a CTGRHT considera importante os projetos que versam sobre o tema  
111 recursos hídricos e que estudos como o que foi apresentado pelo Sr. Joel Goldenfum enriquecem o  
112 debate do tema no Brasil pois analisam experiências de outras partes do mundo que podem ter  
113 aplicabilidade no país. Solicitou que registrasse a satisfação da CTGRHT em tomar conhecimento  
114 do projeto, mas, entretanto, ponderou que a CTGRHT não apóia projetos individualmente. O Sr.  
115 Mauri Pereira resgatou a contribuição do Sr. Carlos Mendes na gestão do Rio Apa através dos seus  
116 estudos técnicos que são fontes de informações para a gestão da bacia. O Sr. Cláudio Floriani  
117 sugeriu que o Sr. Carlos Mendes expressasse mais claramente que tipo de declaração precisava para  
118 ter utilidade prática na viabilização do seu projeto. O Sr. Mauri Pereira prestou informe sobre a  
119 proposta de realização do seminário internacional “Fortalecimento da Gestão Transfronteiriça das  
120 Bacias Hidrográficas - Casos das Bacias do Paraná III (Brasil-Paraguai) e rios Peperi-Guaçu e Santo  
121 Antônio (Brasil-Argentina)”, em Foz do Iguaçu-PR. Justificou que, em função do período eleitoral,  
122 encontrou dificuldades para realizar o evento no mês de setembro de 2006. Sugeriu que fosse  
123 realizado em março de 2007, e atendendo sugestão da Itaipu Binacional, propôs uma reunião  
124 preparatória do Seminário na primeira quinzena de novembro de 2006. Por meio de uma  
125 apresentação (Anexo II), apontou os objetivos da reunião preparatória e as instituições que  
126 deveriam participar. Na sua concepção, a reunião preparatória poderia ser desenvolvida em duas  
127 etapas: a primeira pela manhã com somente atores do Brasil, e segunda pela tarde com participação  
128 dos atores dos países vizinhos. Por fim, manifestou que acredita no sucesso do evento e cobrou  
129 maior envolvimento do Governo do Estado de Santa Catarina. O Sr. Cláudio Floriani disse que já  
130 havia informado o Secretário de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina sobre o Seminário  
131 e que o mesmo concordou e apoiaria o evento. O Sr. Rogério Vieira comentou que a Sub-secretaria  
132 de Assuntos Federativos da Presidência da República realiza atividades de integração com a  
133 fronteira da Argentina e, uma vez que o propósito da Câmara vai ao encontro destas atividades,  
134 sugeriu que a CTGRHT entrasse em contato com a mesma para unificar os interesses e obter  
135 suportes para o Seminário. O Sr. Bernardo Velloso apontou que o seminário vai ao encontro das  
136 iniciativas do governo federal com a Argentina, considerou prudente seu adiamento, e concordou  
137 com a realização de uma reunião preparatória. Por último, o Sr. Jorge Thierry lembrou que o Brasil  
138 e a Argentina, em 1980, assinaram o Tratado para Aproveitamento dos Recursos Hídricos  
139 Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e Peperi-Guaçu e sugeriu considerá-lo na  
140 avaliação. O Sr. Mauri Pereira e o Sr. Bernardo Velloso ponderaram que o referido Tratado na  
141 prática enfoca mais o aproveitamento hidrelétrico, não desenvolvendo o lado ambiental, mas  
142 concordaram que ele seja um marco inicial para discussão do tema. O Sr. Cláudio Floriani informou  
143 que, nos dias 01 e 02 de setembro de 2006, na cidade de Ijuí-RS, foi realizada uma reunião da  
144 Comissão Executiva Regional da Região Hidrográfica do Uruguai. No evento, decidiu-se pela  
145 constituição de uma comissão bi-estadual para formação do Comitê Federal da Bacia Hidrográfica  
146 do Rio Uruguai. Queria discutir e consultar os presentes sobre a viabilidade da criação de um grupo  
147 de trabalho para encaminhar a formação do comitê e se este deveria ser criado no âmbito da  
148 CTGRHT ou da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH. Manifestou  
149 que, como o Rio Uruguai tem um trecho transfronteiriço, achava mais adequado que fosse na  
150 CTGRHT. Como o tema tem interface com o PNRH e com questões transfronteiriças, a Sra. Celina  
151 Mendonça apontou para um grupo misto, envolvendo ambas câmaras. O Sr. José Vicente Regina  
152 lembrou que a criação do Comitê Uruguai foi levantado no PNRH em função das orientações da  
153 Comissão Executiva Regional da Região Hidrográfica do Uruguai, e que, durante a reunião de Ijuí-  
154 RS, quando houve a apresentação dos resultados do PNRH para a comunidade local, foi aventada  
155 novamente a hipótese de efetivar a criação do comitê. Sugeriu que a CTGRHT, de alguma forma, se  
156 manifestasse favorável a esta decisão. Encerrou lembrando que a criação de comitês em rios de  
157 domínio da União tramita via Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais - CTIL, embora  
158 reconheça o forte viés transfronteiriço do Comitê Uruguai e que existem afinidades com a  
159 CTGRHT. A Sra. Celina Mendonça esclareceu que o processo de criação de comitê é instruído pela  
160 Secretaria Executiva do CNRH e que o último passo, antes de encaminhamento ao CNRH, é o  
161 parecer da CTIL. O Sr. Cláudio Floriani antecipou que o Sr. João Bosco Senra já havia instruído o  
162 Sr. Franklin de Paula, Gerente de Apoio ao CNRH, e que o mesmo centralizaria os contatos com ele

163 em Santa Catarina e com a Sra. Lígia e o Sr. Paulo Paim no Rio Grande do Sul. O Sr. Rogério  
164 Vieira informou que o Ministério da Integração está iniciando um processo participativo de  
165 construção de um plano de ação em bases sustentáveis para a meso-região Sul do País. Recomendou  
166 que a CTGRHT integrasse este processo com objetivo de inserir o tema recursos hídricos, assim  
167 como apontar a criação do comitê também neste plano de ação. Informou que está previsto, para  
168 novembro de 2006, o início de um plano de ação transfronteiriço específico, junto com o Uruguai,  
169 com base no Tratado da Lagoa Mirim e do Acordo do Rio Quaraí. Colocou-se à disposição para  
170 realizar os contatos necessários. Como encaminhamento, o Sr. Bernardo Velloso apontou a  
171 necessidade de consultar a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, via o  
172 Sr. Franklin de Paula, para saber qual o papel da CTGRHT e/ou CTPNRH no processo de criação  
173 do Comitê Uruguai e como isto seria discutido no âmbito do CNRH. Como segundo  
174 encaminhamento, propôs que a presidência da CTGRHT circulasse para análise dos seus  
175 representantes uma minuta de manifestação de apoio da Câmara à criação do Comitê do Uruguai. O  
176 Sr. Marco Amorim informou que o impasse da ausência dos Conselhos Estaduais de Recursos  
177 Hídricos - CERH's nas atividades do CNRH foi superado, quando, em Assembléia Deliberativa,  
178 ocorrida no dia 02 de agosto de 2006, os CERH's indicaram seus representantes para integrarem o  
179 CNRH, tendo este segmento participado da última reunião do CNRH, que aconteceu no dia 24 de  
180 agosto de 2006. O Sr. Bernardo Velloso informou que a partir de 09 de agosto de 2006, com a  
181 publicação da Portaria CNRH nº 36, foi nomeado Conselheiro Titular do Ministério das Relações  
182 Exteriores no CNRH em substituição ao Sr. Hadil Vianna. Após grande esforço da CTGRHT, foi  
183 lançado o “Glossário de Termos Referentes à Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e  
184 Transfronteiriços”, o qual também está disponível para *download* no sítio do CNRH:  
185 <http://www.cnrh-srh.gov.br>. O Sr. Bernardo Velloso ressaltou que o glossário é um instrumento  
186 dinâmico, que deverá ser aperfeiçoado continuamente, e que para isto contava com a colaboração  
187 dos representantes da CTGRHT. Um exemplar com a assinatura de todos os servidores da  
188 Secretaria Executiva do CNRH e também de todos os representantes da CTGRHT foi dedicado a  
189 Sra. Ana Maria Alves em reconhecimento ao seu esforço para concretização deste trabalho.  
190 Aproveitando a presença da Sra. Ana Maria Alves, a presidência da CTGRHT solicitou que  
191 registrasse a contribuição inestimável da ex-relatora nos trabalhos que haviam sido desenvolvidos  
192 até então pela Câmara. Às 12h30, encerrando as atividades da parte da manhã, o Sr. Rogério Vieira  
193 agradeceu o convite para participar da reunião e lamentou não poder retornar no período da tarde. O  
194 Sr. Bernardo Velloso agradeceu a presença do Sr. Rogério Vieira e a sua disposição em interagir  
195 com os temas discutidos na reunião, destacando que as informações por ele trazidas tinham sido  
196 muito úteis. Os trabalhos foram retomados às 14h00, quando, seguindo a inversão de pauta, passou-  
197 se ao **Item 7 - Apresentação do andamento do Projeto Piloto de gestão integrada e sustentável de**  
198 *recursos hídricos transfronteiriços da bacia da Lagoa Mirim e Quaraí, recomendado pela Moção*  
199 *CNRH nº 29 de 29 de Outubro de 2004*: O Presidente Bernardo Velloso resgatou a matéria dizendo  
200 que foi uma demanda da última reunião da CTGRHT e passou a palavra ao atual Diretor da  
201 Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim - ALM, Sr. Manoel Maia. O Sr. Manoel Maia  
202 manifestou a satisfação em participar da reunião e esclareceu que a ALM também faz as partes de  
203 “Agência de Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí”. Passou a sua apresentação (Anexo III)  
204 onde abordou a área de atuação da ALM - da fronteira do Arroio Chuí até a Barra do Rio Quaraí,  
205 com foco mais intenso na Lagoa Mirim e no Rio Quaraí; a localização e as características da Bacia  
206 da Lagoa Mirim e da Bacia do Rio Quaraí; o histórico e os pontos principais do Tratado da Lagoa  
207 Mirim e do Acordo do Rio Quaraí; as características da Barragem da Eclusa do Canal de São  
208 Gonçalo - que tem por finalidade evitar a intrusão salina na Lagoa Mirim, permitindo-se o uso da  
209 água para irrigação e abastecimento humano; a Barragem do Arroio Chasqueiro - utilizada para  
210 irrigação; as estações de coleta de dados hidrológicos da ALM; e os pequenos açudes que foram  
211 construídos com apoio técnico da ALM. Esclareceu que a linha de atuação da ALM é o  
212 desenvolvimento e não apenas o manejo da água. Mencionou que a ALM, surgida no âmbito da  
213 Universidade Federal de Pelotas - UFPel, após a extinção da SUDESUL, enfrenta dificuldades de  
214 integração com outras instituições. Reportou também que as CLM/CRQ até maio de 2006 ficaram  
215 sem se reunir por seis anos, o que aponta para um afastamento e traz dificuldades para a gestão da  
216 região. Com relação à Moção CNRH nº 29, o Sr. Manoel Maia esclareceu que o projeto piloto

217 sugerido pela moção foi concebido como uma carta de intenções mas que a ALM encontra grandes  
218 dificuldades financeiras para sua implementação, uma vez que não foram destinados recursos à  
219 ALM. Ressaltou que a ALM opera com recursos de pagamento pelo uso da água por irrigantes no  
220 distrito de irrigação de Chasqueiro, cujos valores são referendados pelo Departamento de Recursos  
221 Hídricos do Ministério da Integração, e que os recursos são alocados praticamente para cobrir as  
222 despesas da Barragem da Eclusa do Canal de São Gonçalo. O Sr. Manoel Maia apontou que os  
223 Comitês de Coordenação Local - CCL's propostos pela moção não foram operacionalizados,  
224 existindo apenas documentalmente para o caso do Quaraí. Do lado uruguaio, entretanto, o CCL-  
225 Cuareim está constituído, tem sede própria, reúne-se periodicamente e tem forte integração com a  
226 sociedade local. O Sr. Manoel Maia assumiu o comprometimento institucional em reativar o CCL-  
227 Quaraí e realizar sua integração com o CCL-Cuareim. Por fim, apontou que a moção é viável e  
228 solicitou prazo maior para apresentação dos resultados das implementações encaminhadas. Com  
229 relação à Moção CNRH nº 09, que trata do problema da contaminação nos balneários do Rio  
230 Quaraí, em função de lançamentos de esgotos na Sanga da Divisa pela cidades de Quaraí/BR, o Sr.  
231 Manoel Maia informou que o Uruguai iniciou a construção de um dique mitigador com expectativa  
232 que o Brasil também o fizesse, mas que, por exigências do IBAMA, a construção foi suspensa e  
233 ainda não foi concluída. Na região, acredita-se que o dique é uma medida paliativa e que seria mais  
234 efetivo qualificar a coleta e o tratamento do esgoto local. Uma vez que as obras de esgotamento  
235 sanitário também não foram concluídas, sugeriu que órgãos federais (Ministério da Saúde,  
236 Integração, Cidades e afins) recomendassem e trabalhassem em conjunto com a prefeitura local, o  
237 governo do Estado e a CORSAN a sua viabilização. O Sr. Joel Goldenfum pediu a palavra e  
238 realizou uma apresentação sobre o Projeto Piloto de Gestão Integrada de Cheias na Bacia do Rio  
239 Quaraí (Anexo IV) desenvolvido pelo IPH-UFRGS/Brasil e pela Dirección Nacional de Hidrografía  
240 - DNH/Uruguay com apoio da Organização Meteorológica Mundial - OMM e do Global Water  
241 Parthnership - GWP. Por sua vez, o Sr. Dante Larentis realizou uma apresentação sobre o Projeto  
242 TwinLatin (Anexo V) de iniciativa da Comunidade Européia, que trata da gestão de recursos  
243 hídricos, com foco em bacias transfronteiriças, e que desenvolve estudos na bacia do Rio Quaraí  
244 através do IPH-UFRGS/Brasil e do DNH/Uruguay. Passando aos debates, o Sr. Mauri Pereira  
245 solicitou esclarecimento ao Sr. Manoel Maia sobre como está evoluindo a implementação da Moção  
246 CNRH nº 29. O Sr. Manoel Maia esclareceu que o CCL-Quaraí existe apenas documentalmente,  
247 sem operacionalização, e que não existem CCL's para a Lagoa Mirim, mas que agora estão sendo  
248 constituídos comitês nas águas de domínio do Estado na bacia, afluentes da Lagoa Mirim. Voltou a  
249 mencionar que a ALM havia assumido uma série de compromissos para os quais não houve  
250 destinação de recursos para serem executados. Seguindo a mesma direção do Sr. Mauri Pereira, o  
251 Sr. Antônio Soler apontou que o objetivo da CTGRHT era saber se as recomendações da Moção  
252 CNRH nº 29 haviam sido levadas a cabo, se não, quais as razões e se era o caso de reavaliar a  
253 Moção. Pela sua visão, a proteção da biodiversidade e a participação social não estão no mesmo  
254 nível de preocupação das atividades econômicas, segmento que atrai investimentos, trabalhos  
255 técnicos e pesquisas científicas. Resgatou que a Moção CNRH nº 29 recomendava a criação de  
256 CCL's, e que, conforme explanação do Sr. Manoel Maia, ficou claro que na bacia do Rio Quaraí o  
257 CCL estava constituído mas não era operacional e que havia uma desarticulação institucional com a  
258 ALM. Entretanto, para ele não ficou claro se os CCL's da Lagoa Mirim haviam sido criados, se  
259 funcionavam e quem participava, obtendo como esclarecimento que eles não foram criados mas que  
260 havia a constituição de comitês nos rios estaduais da bacia. Prestado o esclarecimento, o Sr.  
261 Antônio Soler indagou quais as dificuldades e os impedimentos para criação dos CCL's. O Sr.  
262 Manoel Maia justificou que a ALM possui estrutura pequena e há escassez de recursos e de pessoal,  
263 exemplificando que na ALM são três professores que dividem o tempo entre as atividades  
264 acadêmicas e as atividades administrativas da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí, e são enormes os  
265 compromissos assumidos pela ALM. O Sr. Antônio Soler concluiu que o espaço da sociedade civil  
266 no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH é reduzido, e, por isto,  
267 considerava importantíssimo a criação dos CCL's que abririam espaços para inclusão da sociedade  
268 civil no processo de gestão, e este segmento certamente contribuiria com a ALM para os avanços do  
269 projeto piloto de gestão proposto pela Moção CNRH nº 29. Por fim, considerou uma falha da ALM,  
270 da CTGRHT, da sociedade civil e principalmente do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a

271 não criação dos CCL's em virtude da Moção CNRH nº 29, do ano de 2004, reforçar um preceito  
272 definido na Lei Estadual nº 10.450, do ano de 1994, que é a criação de comitês. O Sr. José Vicente  
273 Regina mencionou que as questões da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí são emblemáticas para a  
274 CTGRHT, e o relato do Sr. Manoel Maia mostrava, não por culpa da ALM, uma falta de eficácia na  
275 implementação das recomendações feitas pelo CNRH e que caberia à CTGRHT uma reflexão, pois  
276 as recomendações emitidas não contribuíram para a solução dos problemas, não houve  
277 implementação nem no caso da Moção CNRH nº 09, nem no caso da Moção CNRH nº 29, ou seja,  
278 o processo está falho. Admirou a apatia na estruturação dos CCL's do lado brasileiro frente a uma  
279 preparação uruguaia para enfrentar os problemas de gestão. Por último, apontou que os resultados  
280 apresentados aniquilam a Moção CNRH nº 29, pois não foi feito quase nada. O Sr. Manoel Maia  
281 contestou o Sr. José Vicente Regina dizendo que, embora não sendo no ritmo esperado e não tendo  
282 alcançado os objetivos audaciosos, a ALM avançou bastante e não está parada. Resgatou que são  
283 três professores que assumiram múltiplas ações e fazem de tudo para avançar nos objetivos. O Sr.  
284 José Vicente Regina manifestou que seu posicionamento foi colocado no intuito de contribuir com  
285 eventuais encaminhamentos que a CTGRHT deveria fazer no sentido de corroborar para que as  
286 ações que faltam para ser complementadas sejam efetuadas. O Sr. Byron Costa reconheceu que a  
287 ALM é resultado de abnegados da UFPel. O Sr. Bernardo Velloso ponderou que é a primeira vez  
288 que a CTGRHT verifica os resultados das Moções CNRH nº 09 e 29, e estar-se-ia analisando se elas  
289 têm viabilidade e se estão adequadas à realidade local. Destacou que a multiplicidade de atores com  
290 responsabilidade pela implementação destas Moções e os diferentes níveis de gestão - local,  
291 estadual e federal - tornam mais complexa a execução das tarefas. Manifestou sua preocupação com  
292 a necessidade de identificar com maior precisão as ações necessárias e os atores envolvidos para  
293 que a CTGRHT possa sensibilizá-los e apontar os caminhos. A Sra. Celina Mendonça ponderou que  
294 a articulação da multiplicidade de atores e dos seus diversos níveis é função do SINGREH. A partir  
295 dos relatos apresentados, pelo entendimento dela, os comitês dos rios estaduais que estão sendo  
296 constituídos poderiam exercer a função dos CCL's e, neste aspecto, contemplariam a Moção CNRH  
297 nº 29 no que se refere às águas estaduais, faltando então a articulação para as águas de domínio da  
298 União na bacia da Lagoa Mirim. O Sr. Jorge Thierry informou que a Agência Nacional de Águas  
299 está outorgando usuários das águas da Lagoa Mirim mas que encontra dificuldades na obtenção de  
300 dados hidrológicos e propôs contato com a ALM. Como proposta de encaminhamento a Sra.  
301 Oneida Freire sugeriu que uma comissão fosse formada para trabalhar as águas de domínio da  
302 União com a ALM. Também manifestou a preocupação em identificar as instituições responsáveis  
303 em levar a cabo as Moções. O Sr. Cláudio Floriani resgatou que a Moção foi discutida com a  
304 presença do Sr. Paulo Paim e do Sr. João Viegas, Diretor da ALM à época, e que a Moção visava  
305 dar sustentabilidade institucional para as atividades que já estavam sendo desenvolvidas na região.  
306 Destacou também a importância do processo da CTGRHT em monitorar as deliberações do CNRH  
307 afetas à Câmara para verificar o que está surtindo efeito. O Sr. Bernardo Velloso retomou a palavra  
308 apontando que as Moções nº 09 e 29 são do CNRH e que a CTGRHT estava cumprindo o seu papel  
309 de monitorá-las ao diagnosticar a situação atual com vistas a proposição de soluções. Uma vez que  
310 a Moção CNRH nº 29 é dirigida não somente à ALM, mas também a outras instituições que têm  
311 responsabilidade no processo, como encaminhamento solicitou que o Sr. Manoel Maia enviasse à  
312 CTGRHT um breve relato sistematizando a implementação das recomendações das Moções,  
313 apontando o que foi realizado, o que ainda não foi, as dificuldades e como superá-las, para que este  
314 relato auxiliasse a CTGRHT no prosseguimento do assunto no âmbito de suas competências. A  
315 pedido do Sr. Cláudio Floriani, neste relato deveriam constar as demandas referentes à CORSAN  
316 para que a AESBE pudesse cobrar ações desta companhia. O Sr. Bernardo Velloso concluiu  
317 dizendo que a Moção CNRH nº 29 permanece válida e que o assunto deveria retornar à pauta da  
318 CTGRHT quando da apresentação do relato solicitado e de uma primeira rodada de discussões entre  
319 os órgãos do governo federal responsáveis pela implementação das Moções. **Item 5 - Apresentação**  
320 *do Relatório Final do GT do Apa:* O Sr. Antônio Vasconcelos, da AHIPAR, coordenadora do GT  
321 do Apa, agradeceu o apoio e a assessoria do Sr. Mauri Pereira na coordenação dos trabalhos do  
322 grupo e solicitou que esse entregasse oficialmente o Relatório Final do GT do Apa, constituído das  
323 “Ações Estratégicas para a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa” (Anexo VI). Em  
324 seguida, o Sr. Mauri Pereira realizou uma apresentação (Anexo VII) onde, após relatar as



325 características geográficas da bacia e os antecedentes do GT do Apa, abordou os itens discutidos na  
326 última reunião do grupo, realizada no dia 25 de agosto de 2006: i) ações estratégicas para a gestão  
327 integrada da bacia hidrográfica do Rio Apa - com o apontamento das diretrizes para elaboração do  
328 plano de bacia; ii) realização de evento internacional para a gestão integrada do Rio Apa - de  
329 formato ainda não definido, a ser realizado em Ponta Porã-MS, com vistas a definir a metodologia  
330 para o plano de bacia e de auxiliar a implementação do Acordo do Rio Apa; e iii) difusão de  
331 informações sobre a bacia do Rio Apa - necessidade de produção de material informativo da região  
332 em linguagem acessível, do qual a Sra. Celina Mendonça ficou de verificar junto a SRH/MMA a  
333 sua viabilização. A partir das demandas da última reunião do grupo, o Sr. Mauri Pereira sugeriu  
334 uma nova etapa para o GT do Apa com a atribuição de: i) elaborar proposta técnica e financeira do  
335 evento internacional e apoiar sua organização; e ii) elaborar, de maneira consultiva, diretrizes para  
336 implementação do Acordo do Rio Apa. Esta nova etapa seria concluída até março de 2007, e para  
337 isto propôs a revisão dos seus integrantes a partir do interesse das instituições em continuar no  
338 grupo e também do convite a novas instituições. A Sra. Oneida Freire sugeriu a inclusão de uma  
339 proposta de resolução para estruturação de planos de bacia de rios transfronteiriços como uma  
340 função a mais da nova etapa do grupo. A Sra. Celina Mendonça ponderou que, diferentemente do  
341 Tratado da Lagoa Mirim e do Acordo do Rio Quaraí, o Acordo do Rio Apa não parte de nenhuma  
342 estrutura institucional pré-existente, e desta forma, as atividades propostas para a nova etapa do GT  
343 do Apa nortearia a sua implementação. Uma vez que o Acordo do Apa será incorporado ao  
344 arcabouço legal somente após aprovação do Poder Legislativo, o Sr. Byron Costa chamou atenção  
345 para que o Ministério das Relações Exteriores orientasse o GT do Apa para que este não atropelasse  
346 as etapas e competências em relação a implementação do Acordo do Rio Apa. O Sr. Bernardo  
347 Velloso parabenizou o GT do Apa pelas atividades desenvolvidas e pelo relatório apresentado.  
348 Considerou pertinente que, durante o hiato entre a assinatura do Acordo do Rio Apa e a sua efetiva  
349 entrada em vigor, seja instalada uma nova etapa de atividades do GT do Apa com as atribuições  
350 apresentadas. Sugeriu, entretanto, a fusão das duas atribuições apresentadas, resultando na  
351 atribuição de organizar o evento internacional com fins de produzir uma proposta técnica de  
352 implementação do Acordo do Rio Apa. Para ele, as discussões no âmbito do GT do Apa seriam de  
353 caráter consultivo, e desta forma, não haverá conflitos ou invasões de competências, mas sim,  
354 benefícios com a continuidade da discussão local que proporcionará insumos para implantação do  
355 Acordo. Solicitou que nas próximas reuniões fosse apresentado o detalhamento do evento proposto  
356 para Ponta Porã-MS. Com a concordância de todos, estabeleceu-se a nova etapa do GT do Apa com  
357 mandato até o mês de março de 2007. O Sr. Marco Amorim ficou responsável pela revisão dos  
358 integrantes que irão compor o GT do Apa na sua nova etapa. Finalizado o item 5 da pauta, o Sr.  
359 Antônio Soler questionou em que momento seria debatido o **Item 4** da pauta - *Análise da Avaliação*  
360 *Jurídica da CTIL sobre a Minuta de Resolução modificando o inciso III do Artigo 2º da Resolução*  
361 *CNRH nº 10 de 21 de junho de 2000*: O Sr. Bernardo Velloso informou que, além de sugestões de  
362 alteração na redação dos “considerando” da minuta de resolução, a CTIL também encaminhou que  
363 a CTGRHT estudasse a pertinência da utilização do termo “sistemas hídricos fronteiriços e  
364 transfronteiriços” em substituição ao termo “recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços”.  
365 Acrescentou que sua idéia era constituir uma comissão para analisar as propostas da CTIL e  
366 retornar os resultados à CTGRHT. O Sr. José Vicente Regina manifestou que não via problemas em  
367 agregar as sugestões da CTIL. Na visão do Sr. Cláudio Floriani, a CTGRHT pouparia tempo se  
368 naquele momento já deliberasse favorável às sugestões da CTIL. O Sr. Bernardo Velloso consultou  
369 os representantes e havendo concordância com o posicionamento do Sr. Cláudio Floriani,  
370 estabeleceu-se uma comissão formada pela Sra. Celina Mendonça, pelo Sr. Jorge Thierry, pelo Sr.  
371 Antônio Soler e um representante do Ministério das Relações Exteriores, a ser indicado  
372 posteriormente, com a finalidade de acatar ou não o uso do termo “sistemas hídricos fronteiriços e  
373 transfronteiriços” e elaborar a nova minuta de resolução para encaminhamento imediato à CTIL.  
374 Com esta definição, o item 4 da pauta foi encerrado. **Item 6** - *Aprovação do Plano de Trabalho e*  
375 *criação do Grupo de Trabalho para a Gestão Compartilhada da Bacia Trinacional do Rio Acre*: A  
376 Sra. Vera Reis resgatou que em maio de 2006, em Epitaciolândia-AC, foi realizada pela Iniciativa  
377 MAP a “Oficina Aspectos Legais e Ações Estratégicas para a Gestão Compartilhada da Bacia  
378 Trinacional do Rio Acre” que em seu documento final “Recomendações para a Implementação da

379 Gestão Compartilhada da Bacia Transfronteiriça do Rio Acre” recomendou, entre outros, a criação  
380 de um grupo de trabalho em cada país com objetivo de auxiliar no fomento da articulação regional  
381 para as ações de gestão na bacia e de contribuir para instalação do organismo transfronteiriço de  
382 bacia. Informou que o Peru e a Bolívia já estão articulando a criação destes grupos de trabalho.  
383 Passou a apresentação do documento encaminhado pela comissão que ficou responsável, na última  
384 reunião a CTGRHT, pela elaboração do Plano de Trabalho para Gestão da Bacia do Rio Acre, o  
385 qual sugere a criação do GT do Rio Acre no lado brasileiro, aponta suas atividades, seu  
386 funcionamento e seus possíveis integrantes. Destacou que a proposta tem caráter preliminar e que  
387 será aprimorada na primeira reunião do grupo e as mudanças seriam submetidas a CTGRHT. O Sr.  
388 Bernardo Velloso ponderou que a Iniciativa MAP é um arranjo da sociedade local que busca  
389 soluções para os problemas locais e que na ausência de acordos formais busca agora um apoio  
390 governamental. Esclareceu que o GT do Rio Acre proposto na CTGRHT teria como limite dos  
391 trabalhos a perspectiva de gestão do lado brasileiro. Após debates, foram propostas alterações ao  
392 texto e sua versão final encontra-se no Anexo VIII desta ata. Com a concordância de todos, o GT do  
393 Rio Acre foi criado e o Sr. Marco Amorim ficou responsável em encaminhar ofício convite a todos  
394 os possíveis integrantes do GT. **Item 8 - Criação do Grupo de Trabalho para elaboração do Plano**  
395 **de Trabalho CTGRHT/2007:** O Sr. Bernardo Velloso manifestou sua expectativa de que a  
396 CTGRHT aprovasse seu Plano de Trabalho 2007 ainda em 2006, na próxima reunião, e para isto,  
397 propôs constituir um grupo de trabalho para elaborá-lo. Com a concordância dos presentes, o  
398 Presidente da CTGRHT solicitou ao Sr. Marco Amorim que posteriormente consultasse quais  
399 representantes tinham interesse em participar do grupo de trabalho. Nada mais sendo tratado, a  
400 reunião foi encerrada às 18h30 e segue assinada pelo Presidente e pelo Relator.

401  
402 Ata aprovada na 36ª Reunião da CTGRHT realizada em 29 de novembro de 2006.

403  
404 Bernardo Paranhos Velloso  
405 Presidente

Marco Antônio Amorim  
Relator